

MOÇÃO DE REPÚDIO AO GOVERNO MICHEL TEMER

Nós, **Delegados e Delegadas do 8º Congresso Nacional da Força Sindical**, representantes de milhões de trabalhadores do campo e da cidade, da iniciativa privada e do setor público, da indústria, comércio e serviços, de todos os estados do Brasil, vimos a público **externar nosso repúdio aos danos indelévels e nefastos** que o governo de Michel Temer vem causando a todos os cidadãos brasileiros.

Ao assumir uma agenda pautada pelos interesses do capital internacional e de grandes grupos econômicos, o governo Temer vira as costas para 200 milhões de cidadãos brasileiros e, de forma entreguista e covarde, relega as futuras gerações a um breu de incerteza e medo, em especial por meio de dois projetos que compõem a espinha dorsal de seu governo: a Reforma da Previdência (PEC 287/2016) e Reforma Trabalhista (PLC 38/2017).

Conduzidas de forma atabalhoada e imprudente, tais Reformas criam um bolsão de miseráveis, ferem princípios de justiça social e impõem à sociedade um elevado custo social, penalizando milhões de cidadãos com progressiva ausência de proteção do estado, proteção essa que esses mesmos cidadãos ajudaram a construir.

É inadmissível que proposições de tal magnitude, que atingem irreversivelmente milhões de cidadãos, sejam aprovadas sem uma ampla discussão e debate com a sociedade brasileira. A aposentadoria é um direito inalienável e um organismo de proteção social que já goza de sólida consolidação nos ordenamentos jurídico e social brasileiros.

Os direitos trabalhistas compõem um arcabouço de segurança e proteção que garante dignidade nas relações entre capital e trabalho, condição essa inexistente em países que optaram por relegar esse tipo de mecanismo. Expedientes como a terceirização irrestrita e o enfraquecimento da representação política laboral são meios sórdidos de destruição de direitos históricos conquistados pelos trabalhadores brasileiros.

Ambas as Reformas estão na contramão de tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário e contrariam gravemente princípios e garantias estabelecidos na Constituição Federal de 1988. Ao empregar tais medidas sob o entoar de um falacioso canto da sereia de que “menos direitos significam mais empregos”, o governo só denota sua total inabilidade e incapacidade em promover a efetiva retomada da economia, com a tão esperada geração de empregos.

Urge, portanto, que corrijamos o rumo do País de modo a impedir o avanço das medidas retrógradas empreendidas por este governo, frágil em legitimidade, maculado no aspecto moral e eivado de suspeitas de corrupção. Esperamos um governo que inspire confiança e respeito aos cidadãos, leal aos princípios constitucionais de soberania, marcado por um forte espírito republicano e voltado ao desenvolvimento econômico com bem-estar de seu povo.

Repudiamos toda e qualquer tentativa sorrateira de retirada de direitos e chamamos a atenção e a responsabilidade dos senhores deputados federais e senadores no sentido de impedir o desmonte da Previdência Social no Brasil e da legislação de proteção aos trabalhadores. Por fim, *conclamamos a todos os brasileiros e brasileiras para que se unam a nós no ideal dessa Carta, com vistas à garantia e respeito aos nossos direitos constitucionais, conquistados a duras penas por todos nós ao longo de décadas e décadas de luta.

Praia Grande, 14 de junho de 2017